

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fundação Universidade Federal do ABC Secretaria-Geral

Divisão de Conselhos

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP

CEP 09210-580 · Fone: (11)3356-7632/7635/7636

conselhos.superiores@ufabc.edu.br

Ata nº 002/2018/Ordinária/ConsUni

Aos 26 dias do mês de junho do ano de 2018, no horário das 14h, na sala dos Conselhos, Torre 1 1 2 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na Av. dos Estados, 5001, 3 Bloco A, Torre I, 1º andar, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a II sessão ordinária do 4 Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2018, previamente convocada e presidida 5 pelo magnífico reitor, professor Dácio Roberto Matheus, com a presença dos seguintes 6 conselheiros: Wagner Alves Carvalho, vice-reitor; Acácio Sidinei Almeida Santos, pró-reitor de 7 assuntos comunitários e políticas afirmativas; Alessandra de Castilho, representante discente de 8 pós-graduação; André Ricardo Oliveira da Fonseca, representante suplente docente do Centro de 9 Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Arilson da Silva Favareto, representante docente 10 do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Arnaldo Rodrigues dos Santos Jr., representante suplente docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas 11 12 (CCNH); Carlos Eduardo Ferreira Machado, representante suplente discente de graduação; 13 Charles Morphy Dias dos Santos, pró-reitor de pós-graduação; Eduardo Gueron, representante 14 suplente docente do CMCC; Eduardo Peres Novais de Sá, representante docente do CCNH; 15 Evonir Albrecht, pró-reitor adjunto de extensão e cultura; Fernando Luiz Cássio Silva, representante suplente docente do CCNH; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente 16 17 do CECS; Isis Mustafa de Assis, representante discente de graduação; Itana Stiubiener, 18 representante docente do CMCC; Jeroen Schoenmaker, representante docente do CECS; Lucas 19 Roberto Paredes Santos, representante suplente discente de graduação; Luciano Soares da Cruz, representante suplente docente do CCNH; Marcella Pecora Milazzotto, representante suplente 20 21 docente do CCNH; Marcelo Bussotti Reyes, diretor do CMCC; Maria Elisa Ravagnani 22 Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil; Maria Gabriela Silva Martins da Cunha 23 Marinho, vice-diretora do CECS; Maria Isabel Mesquita Vendramini Delcolli, representante dos 24 técnicos administrativos; Mônica Schröder, pró-reitora de planejamento e desenvolvimento 25 institucional; Natália Cristina Barbosa Alves, representante suplente discente de pós-graduação; 26 Renata Silva, representante suplente dos técnicos administrativos; Ronei Miotto, diretor do 27 CCNH; Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos administrativos; Sara Cid 28 Mascareñas Alvarez, pró-reitora de administração; Sarah Meneghetti Gonçalves, representante 29 suplente discente de graduação; Sônia Maria Malmonge, pró-reitora de pesquisa; Vânia 30 Trombini Hernandes, pró-reitora adjunta de graduação e Yossi Zana, representante docente do 31 CMCC. Ausências justificadas: Giorgio Romano Schutte, representante docente do CECS e 32 Luis Paulo Bresciani, representante da comunidade civil. Ausentes: Cedric Rocha Leão, 33 representante docente do CECS; David Correa Martins Junior, representante suplente docente do 34 CMCC; Jeroen Johannes Klink, representante docente do CECS; José Antonio Souza, 35 representante docente do CCNH; Kleber Ferreira, representante dos técnicos administrativos e Tatiana Lima Ferreira, representante docente do CMCC. Não votantes: Bruna Cunha de 36 37 Carvalho, membro do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação 38 (CETIC); Daniel Pansarelli, secretário-geral; Felipe Cesar Torres Antonio, servidor técnico-39 administrativo; Henrique de Abreu Piccolo, servidor técnico-administrativo; Priscila Benitez 40 Afonso, docente do CMCC; Roberta Kelly Amorim de França, servidora técnica-administrativa;

41 Sara Lorena dos Santos, representante discente de graduação; Vanessa Soraia Sales dos Santos, 42 assessora da Assessoria de Cooperações Institucionais e Convênios (ACIC) e Vitor Emanuel 43 Marchetti Ferraz Junior, chefe de gabinete. Apoio administrativo: Fabiane de Oliveira Alves, 44 chefe da Divisão de Conselhos; Thiene Pelosi Cassiavillani, secretária executiva, e Natália 45 Paranhos, assistente em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente, 46 após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h17, com os **informes da Reitoria:** 1) 47 professor Dácio registra ser esta a primeira reunião do ConsUni que preside como reitor 48 nomeado empossado e também a primeira com a Mesa composta pelo vice-reitor nomeado e 49 empossado, professor Wagner Carvalho; 2) agradece as mensagens e manifestações de apoio 50 recebidas, especialmente ontem, por ocasião da solenidade simbólica de transmissão de posse do 51 cargo de reitor e de posse do cargo de vice-reitor; 3) apresenta algumas informações acerca de 52 sua participação na Conferência Regional de Ensino Superior na América Latina e no Caribe de 53 2018 (CRES 2018), em Córdoba, na Argentina. Explica que o evento ocorre a cada dez anos e 54 pauta as discussões da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que também ocorre a 55 cada dez anos. Acrescenta que a última CRES havia ocorrido em 2008, em Cartagena. Neste ano, 56 o evento ocorreu em Córdoba, em comemoração aos cem anos Manifesto de Córdoba de 1918 57 pela Reforma Universitária. Prossegue, informando que a temática foi discutida ao longo dos 58 últimos três anos no âmbito das Universidades da América Latina e do Caribe, e, no evento, a 59 discussão foi dividida nos seguintes sete eixos temáticos: a) O papel estratégico da Educação 60 Superior no desenvolvimento sustentável da América Latina e do Caribe; b) A Educação Superior como parte do sistema educativo na América Latina e no Caribe; c) A Educação 61 62 Superior, diversidade cultural e interculturalidade na América Latina e no Caribe; d) A Educação 63 Superior, internacionalização e integração regional da América Latina e do Caribe; e) O papel da Educação Superior frente aos desafios sociais da América Latina e do Caribe; f) A investigação 64 científica e tecnológica e a inovação como motor do desenvolvimento humano, social e 65 66 econômico da América Latina e do Caribe e g) 100 anos da Reforma Universitária de Córdoba. 67 Acrescenta que, pela primeira vez, o Brasil posicionou-se com uma carta discutida em um 68 seminário articulado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de 69 Ensino Superior (Andifes) e pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de 70 Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), bem como pela Associação Brasileira 71 dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM). Prosseguiu, afirmando que 72 a Conferência reiterou as declarações de Cartagena e de Havana, reconhecendo como princípio o 73 Ensino Superior como um direito, bem como o dever Estado proporcioná-lo. Acrescentou que a 74 região da América Latina e Caribe necessita discutir uma agenda de desenvolvimento científico e 75 tecnológico que priorize os projetos de desenvolvimento regional numa relação de troca, e não 76 de subordinação, com as demais regiões do planeta. Os resultados da conferência estão sendo 77 compilados pelo Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe 78 (IESALC) da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). 79 Acrescenta que a assembleia reuniu cerca de oito mil pessoas, com mais de 30 representantes das 80 universidades federais brasileiras, dentre reitores, vice-reitores, pró-reitores e outros representantes. Representando a UFABC, por um convite do IESALC, estavam, além do reitor, 81 82 as professoras Anapatrícia de Oliveira Morales Vilha e Maria Carlotto Cardoso Mariano; 4) 83 informa haver a necessidade de indicação de um representante técnico administrativo suplente 84 para a Comissão de Relações Internacionais, em atendimento ao disposto no caput do Art. 4º e 85 no inciso VII da Resolução ConsUni nº 147: "A CRI será constituída pelos seguintes membros e 86 presidida pelo primeiro, considerando a indicação de um suplente para cada membro a partir do 87 inciso II: (...)VII - técnico administrativo, indicado pelo ConsUni;". Em discussão, é indicado o servidor Geovane Oliveira de Souza. Não havendo comentários, a indicação é posta em votação 88

e aprovada por unanimidade; 5) acrescenta necessitar-se, também, da indicação, pelo ConsUni, de um representante discente de graduação e seu suplente, bem como de um represente discente de pós-graduação e seu suplente, em atendimento às alíneas "d" e "e", do Art. 4º do Regimento do Comitê Assessor do Sistema de Bibliotecas da UFABC. Não havendo nomes indicados, professor Dácio solicita que as indicações sejam realizadas na próxima semana; e 6) professor Wagner Carvalho solicita a promoção para Ordem do Dia do item 4 do Expediente, "Homologação do Ato Decisório ConsUni nº165, que autoriza o afastamento do país, com ônus para a UFABC, do professor Dácio Roberto Matheus, no período de 10 a 15 de junho de 2018, incluindo trânsito, para participar do evento Conferencia Regional de Educación Superior de América Latina y Caribe 2018, em Córdoba, Argentina". No ensejo, professor Dácio propõe que também os itens 1, 2 e 3 do Expediente sejam promovidos, uma vez que, do mesmo modo, se tratam de homologações. Não havendo objeções, as quatro promoções à Ordem do Dia são encaminhadas para votação em bloco e aprovadas por unanimidade, mantendo-se a mesma ordem, logo após o item 2 da Ordem do Dia. Informes dos Conselheiros: 1) a pró-reitora de planejamento e desenvolvimento institucional, professora Mônica Schröder apresenta os resultados preliminares Grupo de Trabalho responsável por realizar o estudo sobre as questões relacionadas ao espaço para gabinetes docentes e também ao espaço para atendimento psicossocial e de saúde. Ela informa que o GT iniciou suas discussões no mês de maio, tendo finalizado o diagnóstico da situação recentemente e, no momento, trabalha em alguns encaminhamentos. Lembra o histórico do GT, informando que foi instituído pela Reitoria, conforme uma recomendação advinda da I sessão ordinária do ConsUni e elenca os demais membros, além dela: Harki Tanaka, diretor do CECS; Marcelo Bussotti Reyes, diretor do CMCC; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior, chefe de Gabinete; Cláudia Polimeno, prefeita universitária; Guilherme Solci Madeira, superintendente de obras; José Augusto Pires de Abreu, subprefeito do campus São Bernardo do Campo; Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos, representante indicada pela Comissão Consultiva à Sustentabilidade da UFABC; Carlos Eduardo Ferreira Machado, representante discente indicado pelo ConsUni e Maria Isabel Mesquita Vendramini Delcolli, representante dos técnicos administrativos indicada pelo ConsUni. Afirma ter havido três reuniões durante o mês de maio, bem como diversas discussões por *e-mail* entre os membros. Na primeira reunião, afirma que os diretores apresentaram os diagnósticos da situação de cada Centro. Ressalta que os objetivos das discussões são a alocação de gabinetes docentes em curtíssimo prazo, bem como definição de espaços para o atendimento psicossocial e de saúde, sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP) e, ainda, para a Divisão de Saúde e Qualidade de Vida (DSQV), sob responsabilidade da Superintendência de Gestão de Pessoas (SuGePe). Explica que, até o momento, foi realizada a padronização dos diagnósticos dos três Centros, a apresentação das demandas pela ProAP e DSQV e a apresentação do *layout* atualizado dos andares das edificações ocupadas por gabinetes docentes em ambos os campi. Prossegue, afirmando que os três diretores de Centro disponibilizaram técnicos de suas equipes para, em conjunto com a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (ProPlaDI), proceder à consolidação do mapeamento realizado. Como encaminhamento, explica que será realizada uma consulta aos docentes de cada Centro para verificar a possibilidade de reacomodações voluntárias e, após esse momento, em que se espera reduzir o saldo da demanda, partir para uma proposta mais efetiva, cuja apresentação do relatório deverá ocorrer na III sessão ordinária do ConsUni; 2) o representante dos técnicos administrativos, Ronny Mattos, apresenta uma proposta de Recomendação do ConsUni para que se criem critérios igualitários de seleção e desempate entre os inscritos para cursos e demais atividades voltadas para benefícios de saúde e enriquecimento intelectual oferecidos aos servidores da UFABC. Explica que tal proposta busca

89

90

91

92

93

94

95

96 97

98

99

100

101

102

103 104

105

106 107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126 127

128 129

130

131

132

133

134

135

137 evitar que a ordem de inscrição seja um critério definitivo para a seleção de participantes em 138 cursos oferecidos pela UFABC. Em discussão, sugere-se a supressão da palavra "exclusivamente" do texto. Acatado. Não havendo mais manifestações, o documento é 139 140 encaminhado para votação e aprovado por unanimidade; 3) a representante suplente dos técnicos administrativos, Renata Silva, apresenta informe acerca da última Plenária Nacional da 141 142 Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino 143 Superior Públicas do Brasil (FASUBRA), que contou com a presença de três delegados da 144 UFABC escolhidos em Assembleia dos técnicos administrativos. Ela afirma que, naquele momento, foram aprovadas três moções referentes à UFABC e passa a palavra ao servidor 145 146 Henrique de Abreu Piccolo, que lê a primeira delas: "Moção de apoio aos técnicos e técnicas 147 administrativas da UFABC pela efetivação das 30h aos setores com parecer positivo da 148 Comissão Permanente de Apoio à Flexibilização da Jornada, considerando que a Universidade 149 Federal do ABC reconhece que o debate pela redução da jornada deve ser tratado com 150 seriedade e transparência, tendo constituído, como acordo de greve com seus técnicos e técnicas 151 administrativas, a Comissão Permanente de Apoio à Flexibilização da Jornada (CAF) -152 Considerando que, como parte do acordo de greve, a portaria de criação da CAF institui 153 também o fluxo e os procedimentos para a implementação da jornada flexibilizada. E que, tais 154 termos foram definidos em conjunto com representantes da Reitoria, a qual detém representante 155 na CAF, com o mesmo poder de decisão e voto; Considerando a justa e democrática 156 reivindicação por parte das trabalhadoras e trabalhadores da UFABC, enquadrando-se nos 157 termos da referida portaria, obedecendo ao Decreto nº4.836, de 9 de setembro de 2003, 158 solicitaram a flexibilização da jornada; Considerando que diversos setores obtiveram parecer 159 positivo da CAF, que evidencia o cumprimento de todas as situações legais e administrativas 160 para a flexibilização da jornada; A FASUBRA reivindica o cumprimento total do acordo de 161 greve por parte da Reitoria da UFABC com suas trabalhadoras e trabalhadores. Para isso, a 162 efetiva autorização da flexibilização das jornadas às solicitações com parecer positivo da CAF é 163 necessária com urgência. A flexibilização da jornada nos termos da CAF, além de atender a 164 todos os critérios legais, trata de uma política cuja efetivação beneficiará a qualidade de vida e 165 de trabalho das servidoras e servidores, e consequentemente do serviço prestado à comunidade 166 acadêmica." Em seguida, Renata passa a palavra ao servidor Felipe Torres, que realiza a leitura 167 da segunda Moção: "Moção de apoio aos técnicos e técnicas administrativas da UFABC na luta 168 contra a implantação do controle eletrônico de frequência - Recentemente, a UFABC convidou 169 o SinTUFABC (Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC) para uma 170 reunião sobre a implementação do Ponto Eletrônico, em que a Reitoria informou que recebeu 171 uma notificação do Ministério Público Federal - Procuradoria Regional da República em São 172 Bernardo do Campo, sobre uma denúncia anônima de que a Universidade não averiguava 173 adequadamente o cumprimento de jornada dos servidores e servidoras técnicas administrativas 174 da UFABC. A Reitoria da UFABC respondeu a denúncia alegando que estava implementando o 175 ponto eletrônico com total conhecimento dos servidores e das servidoras atingidas. Apesar da 176 resposta em 2016, o primeiro contato com o Sindicato se deu apenas recentemente, em maio de 177 2018 quando a mesma voltou a ser questionada pelo MPF. Nesses dois anos não ocorreu 178 nenhum diálogo com o SinTUFABC e nem com a categoria sobre o assunto. As novas formas de 179 controle e vigilância se intensificaram e o ponto eletrônico tem muito menos a ver com 180 eficiência e gestão, sendo, na realidade, controle pura e simplesmente dos trabalhadores, com 181 uma relação desumanizada. A proposta de controle eletrônico de frequência apresentada pela 182 Reitoria da Universidade oferece graves retrocessos às relações laborais, acirram ainda mais as 183 relações de trabalho, disponibiliza um novo instrumento de opressão das chefias, e podem 184 oferecer ainda mais subsídios ao assédio moral vertical descendente sem trazer nenhum

benefício aos 8 servidores e às servidoras atingidas ou melhoria prática para a administração da Universidade. Assim como o SinTUFABC, a FASUBRA também se posiciona de forma contrária a mudanças e métodos que possam intensificar ainda mais a complexa questão de assédio moral e precarização das relações de trabalho. Por isso, pontuamos a autonomia administrativa e universitária constante na constituição e na LDB, bem como tratamento isonômico entre os Servidores e as Servidoras Federais. Contra o controle de frequência eletrônico!!! Pela autonomia administrativa universitária!!! Contra todas as formas de assédio!!! JUNTOS SOMOS FORTES." Por fim, a palavra é passada para a servidora Roberta Kelly, que realiza a leitura da terceira Moção: "Moção de apoio à construção de um estudo diagnóstico de todas as formas de assédio na Universidade Federal do ABC que norteie a implantação de uma prática efetiva de combate, com a responsabilização do assediador e da assediadora e nunca do assediado ou assediada - Ao longo de quase 12 anos de existência da Universidade Federal do ABC, nunca fora instituído qualquer política institucional de combate efetivo a todas as formas de assédio, que responsabilize o assediador e a assediadora enquanto preserve o assediado ou a assediada, gerando situações graves, como o SUPER PAD instaurado pela Universidade como forma de punir 22 técnicos e técnicas administrativas que denunciaram más práticas do coordenador do setor em que trabalhavam, sendo 19 servidores e servidoras denunciantes do setor, mais os três coordenadores gerais do Sindicato, resultando em 10 servidores e servidoras injustamente punidos, caso amplamente divulgado para FASUBRA a época. Em vista dessa situação, é de suma importância para a saúde do trabalhador e da trabalhadora o levantamento de casos existentes, quais as medidas adotadas, e se houve algum acompanhamento posterior em casos já identificados para evitar recorrências de assédio e/ou danos à saúde e a qualidade de vida dos servidores e das servidoras envolvidas. Através do estudo faz-se necessário uma política pedagógica e humanizada de combate a todas as formas de assédio, de forma a trazer ganho efetivo nas condições de trabalho e saúde do trabalhador e da trabalhadora. Diante do exposto, não podemos permitir a adoção de ferramentas que contribuam para o tensionamento das condições de trabalho, que possam aumentar os casos de assédio, como a tentativa recente de implantação de controle de frequência eletrônico. A construção desse estudo é urgente!!! A política de combate ao assédio também!!! Contra o controle de frequência eletrônico!!! Contra todas as formas de assédio!!! JUNTOS SOMOS FORTES." Retomando a palavra, Renata informa que o Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC (SinTUFABC) encaminhou por e-mail um Boletim Especial sobre o controle de ponto eletrônico e sobre as Moções. Ainda, afirma contar com o apoio das conselheiras e conselheiros, do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFABC e Associação dos Docentes da Universidade Federal do ABC (ADUFABC), bem como das três categorias da Universidade. Professor Dácio comenta que a Reitoria está aberta para dialogar com o Sindicato e que há uma reunião agendada com a nova coordenação, a ocorrer nos próximos dias; 4) professora Itana lembra que havia encaminhado, na última sessão do ConsUni, uma minuta de resolução que define o conjunto de informações para subsidiar o estabelecimento de políticas e ações de desenvolvimento institucional. A esse respeito, informa que, em conjunto com a professora Mônica, relatora do assunto na Ordem do Dia, decidiu ser necessário mais tempo para se debruçar sobre o documento. Desse modo, afirma que, após consulta à Divisão de Conselhos da Secretaria-Geral, acordou-se que o documento retornará à pauta na próxima sessão ordinária, na Ordem do Dia. Professor Dácio confirma que o documento comporá à Ordem do Dia da III sessão ordinária do ConsUni; 5) o representante suplente discente de graduação, Carlos Eduardo, passa a palavra para professor Vitor Marchetti para um informe acerca do GT instituído para avaliar alternativas ao uso do espaço físico para atividades comerciais realizadas nos espaços de convivência estudantil da UFABC. Professor Vitor informa que o GT foi

185

186

187

188

189

190

191

192

193 194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224225

226

227

228

229

230

231

instituído em novembro de 2017 e realizou diversas consultas à legislação pertinente, além do levantamento de precedentes em outras Universidades, como a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Realiza a leitura da conclusão do GT: "O Grupo de Trabalho entende que estamos diante de dois desafios distintos, apesar de fortemente relacionados. O primeiro é o direito dos movimentos estudantis em ocupar o espaço universitário como condição sine qua non para a sua constituição e existência. Como já apresentado na pesquisa legal, a própria existência dos movimentos estudantis está prevista e resguardada por lei. Assim, não há que se falar em cessão ou permissão de uso, pois não se trata de uma instituição ou empresa. É a própria expressão da existência de estudantes na Universidade. Por outro lado, a Universidade não pode estar alheia à situação econômica dos estudantes, agravada com a crise econômica nacional. Por essas razões, mostra-se fundamental normatizar a realização de atividades para que os estudantes interessados e suas entidades, dentre as quais, o Diretório Central dos Estudantes, possam se credenciar junto à Universidade, para trabalhar, auferir receitas, sem caracterizar-se comercialização (mercancia) contínua ou habitual, pois não possuem a finalidade lucrativa. Estas atividades precisam estar norteadas por normas administrativas e acadêmicas que permitam a prática do empreendedorismo, o suprimento de oferta de serviços não contratados e nem adjudicados pela Administração a particulares já contratados, bem como para ampliar as oportunidades de geração de renda para os estudantes que mais necessitam, haja vista a escassez de bolsas sócio-econômicas e estágios. A Universidade precisa fortalecer as políticas de permanência estudantil, o direito de associação dos estudantes às suas entidades e movimentos, dentre os quais está o Diretório Central dos Estudantes, cuja previsão, além de estatutária e constante de resolução, decorre de diversos diplomas da legislação, e dos princípios de liberdade acadêmica, do direito de reunião, da liberdade de trabalhar e de empreender ou inovar. O GT solicita, por fim, que a administração da Universidade trabalhe em conjunto com as entidades de representação estudantil, pró-reitorias e órgãos de controle interno da Universidade em propostas de Resolução ao Conselho Superior visando regulamentar essas duas questões: 1) a garantia de espaços que permitam o desenvolvimento das atividades dos movimentos de representação estudantil e 2) a garantia de atividades econômicas pelos movimentos de representação estudantil que ofereçam as condições para a manutenção efetiva de suas atividades. Dada a urgência dos assuntos, o GT sugere que essas propostas de Resoluções sejam apresentadas ao próximo Consuni ordinário". Ao fim do relato, questiona-se se o relatório será disponibilizado aos conselheiros, ao que é respondido que a Secretaria-Geral o encaminhará; 6) professor Ronei Miotto solicita à Presidência do Conselho que indique novas maneiras de flexibilização das discussões, de modo que elas não necessitem ser pautadas por documentos normativos, mas possam ser apresentadas em outros formatos. Professor Dácio responde que isso deve ser tema de discussão quando da reforma dos regimentos internos dos Conselhos; 7) o representante suplente discente de graduação, Lucas Paredes, solicita aos conselheiros que digam seu nome e sobrenome ao iniciar uma fala, bem como a categoria a que pertencem de modo que possa acompanhar com mais clareza a sessão, tendo em vista ser ele próprio uma pessoa com deficiência. Passa a palavra para sua colega de chapa, Sara, que informa sobre a realização do I Congresso Estudantil da UFABC na primeira semana do terceiro quadrimestre de 2018. Acrescenta que diversos temas serão debatidos, como a questão das mulheres na universidade, permanência estudantil, ciência e tecnologia, comissão de avaliação de cotas, entre outros. Ainda, afirma que a organização está aberta para dialogar acerca de quaisquer sugestões para o evento; 8) A representante suplente discente de pós-graduação e membro do Coletivo LGBT Prisma, Natália, parabeniza o reitor por sua posse. Acrescenta que nesta Semana do Orgulho LGBT, o Coletivo lançará um vídeo de conscientização acerca da utilização dos banheiros pelas

233

234

235

236

237

238

239

240

241242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272273

274

275

276

277

278

279

pessoas trans em parceria com a Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI) da UFABC. Convida todos a informarem-se acerca do tema e informa que há uma proposta de estabelecimento de cotas para as pessoas trans na UFABC. Ainda, afirma que há a possibilidade de o assunto ser encaminhado para a pauta da próxima sessão ordinária; 9) professor Yossi informa que a Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG) nº 143, de 1º de junho de 2018, que estabelece o expediente dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, foi revogada pela Portaria nº 174 do mesmo órgão e questiona quais são as orientações da Reitoria acerca do tema. Professor Dácio explica que o estabelecimento de novas diretrizes, neste momento, causaria problemas na comunidade e, desse modo, as diretrizes mantêm-se as mesmas, esclarecendo que não há contradição entre essas diretrizes estabelecidas pela UFABC com base na primeira Portaria e o teor da nova Portaria do MPOG; 10) o representante suplente discente de graduação, Carlos Eduardo, informa que foi instituída uma diretoria específica do DCE para a discussão da moradia estudantil. Informa que hoje, no *campus* Santo André, ocorrerá o primeiro debate da Diretoria, lancando a campanha pela moradia estudantil. O evento terá início às 16h30 e contará com a presença de professores da Engenharia Ambiental e Urbana. Afirma esperar que o evento seja um marco para o DCE. Professor Dácio comenta que, na última semana, a Andifes promoveu dois seminários em Brasília, um acerca do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e outro acerca do Plano Nacional de Assistência Estudantil, que prevê, dentre outros, a moradia estudantil. O ponto principal desse seminário foi a questão da bolsa-permanência, em especial para estudantes indígenas e quilombolas e conseguiu-se a manutenção das 2 mil bolsas outorgadas que haviam sido reduzidas para 800; 11) o pró-reitor de assuntos comunitários e políticas afirmativas, professor Acácio, informa que foi iniciada ontem, segunda-feira, a transferência das atividades recreativas e esportivas, que vinham ocorrendo no piso vermelho, para o ginásio poliesportivo do campus Santo André. Informa, ainda, que, pelo momento, as atividades circenses continuarão a acontecer no piso vermelho. Convida todos a conhecerem o espaço. Questiona-se a previsão para abertura da piscina da UFABC, ao que professor Acácio informa não haver previsão, pois a abertura ainda depende de implementação do sistema de aquecimento, bem como da contratação de salva-vidas. Ordem do dia: Ata da I sessão ordinária de 2018, realizada nos dias 27 de março, 3 e 10 de abril de 2018. Professor Ronei, lembra que, conforme a ata da I sessão, professor Cedric Rocha Leão havia solicitado o adiamento das indicações, pelo ConsUni, de membros para composição da Comissão de Aperfeiçoamento e Especialização (CoAE). Afirma parecer-lhe que tais indicações permanecem pendentes. Ainda conforme a ata, informa que havia solicitado uma justificativa da Superintendência de Obras (SPO) e que, após receber o documento, não se sentiu satisfeito. Solicita que todos os membros do ConsUni recebam a justificativa. Professor Dácio responde que a CoAE será objeto de discussão no quinto item do Expediente, momento em que serão discutidas as indicações. Ainda, quanto ao documento da SPO, informa que, a princípio, foi solicitado que fosse encaminhado aos membros da Comissão de Natureza Orçamentária e Administrativa (CANOA), o que ocorreu. Porém, informa que o documento será encaminhado a todos os conselheiros. Não havendo mais manifestações, a ata da I sessão ordinária de 2018 é encaminhada para votação e aprovada com 3 abstenções. Minuta de resolução que dispõe sobre o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (CETIC), revoga e substitui a Resolução ConsUni nº 185. A relatora e membro do CETIC, Bruna Carvalho, discorre acerca do histórico de discussões sobre a Resolução ConsUni nº 185, que dispõe sobre o CETIC. Ela explica que, em meados de 2017, surgiu a necessidade de que o CETIC incluísse, dentre suas competências, a de deliberar sobre Governança Digital e, desse modo, foi necessária a substituição da normativa regente do Comitê. Em meio às discussões no

281

282

283

284

285286

287

288 289

290

291 292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309 310

311 312

313

314

315316

317

318

319

320

321

322

323

324 325

326

327

âmbito do Comitê, foram agregadas vagas, dentre seus membros, para a representação discente de graduação e pós-graduação. Porém, durante as discussões no ConsUni, que ocorreram no fim da reunião e com a iminência de término do quórum, foi proposta e aprovada a transformação de uma vaga eletiva de representação dos servidores técnicos administrativos em indicação a ser realizada pela Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI). O CETIC entendeu que a alteração não foi pertinente e houve uma reunião em que tal posicionamento foi discutido. Desse modo, o Comitê encaminha nova minuta para que se retorne à composição prevista anteriormente, sem a indicação de um membro pela ACI. Ainda, informa ser necessária a inclusão, dentre os membros, do coordenador do Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE). Acrescenta que a nova proposta também repara uma incorreção no parágrafo único do Art. 1º, uma vez que o trecho "[...]excluindo-se os sistemas utilizados para pesquisa e desenvolvimento." não faz sentido porque o CETIC trata de tais sistemas. Professor Wagner complementa, informando haver a necessidade de manutenção, no inciso VII do Art. 2º, do trecho "ou um representante por ele indicado", caso contrário, a Resolução não estará compatível com o Regimento Interno do NTE. Em discussão, reforçada a questão da discussão apressada ao fim da reunião e solicitase que a Mesa não dê início a novos debates nos minutos finais das reuniões. Ainda, propõe-se a alteração da redação do Art. 10, de modo que passe a versar: "Para complementar a quantidade de representantes descrita nos incisos III e IV do Art. 2º, até que seja realizado novo processo eleitoral, os atuais suplentes, nomeados conforme a Portaria da Reitoria nº 495, de 12 de dezembro de 2016, publicada no Boletim de Serviço nº 613 de 16 de dezembro de 2016, assumem pro tempore as representações até o final dos mandatos vigentes, devendo ser indicados por seus respectivos Centros ou pela Reitoria em casos de impedimento". Acatado. Por fim, solicita-se que o ConsUni recomende às áreas que não incluam em suas propostas de resoluções assuntos diversos daqueles que são a finalidade do documento, como a questão da composição do CETIC no Regimento Interno do NTE. Não havendo mais manifestações, o documento, com alterações, é encaminhado para votação e aprovado por unanimidade. Homologação do Ato Decisório ConsUni nº161, que decide alocar o curso de graduação Bacharelado em Biotecnologia, pós-Bacharelado em Ciências e Tecnologia (pós-BC&T), no Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH), aprovado ad referendum e Homologação do Ato Decisório ConsUni nº163, que decide aprovar a distribuição de 2 vagas de professor efetivo para o Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH), aprovado ad referendum. A relatora, professora Marcella Milazzotto relata em conjunto os novos itens 3 e 4 da Ordem do Dia, uma vez que tratam do mesmo assunto. Explica que o que está em pauta é a homologação de dois Atos Decisórios (AD) do ConsUni relativos ao Bacharelado em Biotecnologia, novo curso de graduação aprovado pelo ConsUni em dezembro de 2017. Afirma que o primeiro, o AD nº 161, refere-se à alocação do curso no CCNH, conforme orientação do Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Reitoria para estudar a implementação do curso. Informa que, após a indicação do CCNH, os três diretores de Centro foram consultados e concordaram com o Parecer do GT. Considerando que a Reitoria havia disponibilizado oito vagas de docentes para o curso, discutiuse, na Comissão de Vagas, a pertinência de se conceder, de imediato, duas dessas vagas de docentes para o CCNH, de modo que esses professores pudessem ser contratados para também auxiliar na implementação do curso. Tal concessão foi aprovada pela Comissão de Vagas, o que gerou o AD nº 163. Professor Dácio informa que a Comissão de Vagas instituiu um novo GT para discutir com os Centros a alocação das seis vagas docentes remanescentes. Não havendo manifestações, as homologações são encaminhadas para votação e aprovadas por unanimidade. Homologação do Ato Decisório ConsUni nº164, que ratifica a aprovação do Relatório de Gestão 2017 da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), aprovado ad referendum. A assessora de cooperações institucionais e convênios, Vanessa Sales, explica que o Relatório de

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339 340

341 342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354 355

356

357 358

359 360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

377 Gestão foi aprovado pelo Colegiado da Fundep em 15 de março e, conforme a Portaria 378 Interministerial nº 191 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), necessita ser 379 aprovado em até 90 dias pelo órgão colegiado da UFABC. Desse modo, o AD nº 164 precisou 380 ser aprovado ad referendum. Relata que a Fundep alterou seu procedimento em relação aos anos anteriores e que o Relatório irá compor o processo de recredenciamento da UFABC para o biênio 381 382 2019-2020, que será iniciado no segundo semestre de 2018. Não havendo manifestações, a 383 homologação é encaminhada para votação e aprovada com 1 abstenção. Homologação do Ato Decisório ConsUni nº165, que autoriza o afastamento do país, com ônus para a UFABC, do 384 385 professor Dácio Roberto Matheus, no período de 10 a 15 de junho de 2018, incluindo trânsito, 386 para participar do evento Conferencia Regional de Educación Superior de América Latina y Caribe 2018, em Córdoba, Argentina. Por ser interessado no assunto, professor Dácio retira-se 387 da sala para a discussão do item, passando a condução para professor Wagner, que explica que o 388 389 AD é relativo à viagem relatada pelo reitor na seção de informes da Reitoria. Não havendo 390 manifestações, a homologação é encaminhada para votação e aprovada por unanimidade. 391 Expediente: Minuta de resolução que institui a Institui a Comissão de Aperfeiçoamento e Especialização (CoAE), revoga e substitui a Resolução ConsUni nº 186. O relator, professor 392 393 Charles Morphy, explica que a proposta de nova minuta é necessária para garantir que a 394 composição da Comissão de Aperfeiçoamento e Especialização (CoAE) conte com 70% de 395 representação docente, conforme determinado no Parecer da Procuradoria Federal solicitado por 396 este Conselho. Apresenta as alterações realizadas: a) inclusão, nos incisos II, III, IV, IX e X do 397 Art. 1º: do trecho "ambos docentes"; b) alteração da redação do inciso V do mesmo artigo para: 398 "2 (dois) docentes titulares e 2 (dois) suplentes indicados pelos membros do ConsUni" e c) 399 alteração da redação do Art. 6º para: "Depois de instituída, a CoAE deverá elaborar o Regimento Geral para a criação e funcionamento dos cursos de pós-graduação lato sensu de 400 401 aperfeiçoamento e especialização, submetendo-o à aprovação do ConsUni em sua próxima 402 sessão ordinária, a partir do início da vigência desta Resolução". Por fim, explica que o 403 regimento será apresentado na III sessão ordinária do ConsUni. Em discussão, é sugerido que a redação do inciso V do Art. 1° seja substituída por: "2 (dois) titulares e 2 (dois) suplentes, ambos 404 405 docentes, indicados pelos membros do ConsUni", mantendo a forma dos demais incisos deste 406 artigo. Acatado. Ainda, são prestados esclarecimentos e propõe-se a promoção do assunto para a 407 Ordem do Dia, que, em votação, é aprovada por unanimidade. Não havendo manifestações na 408 Ordem do Dia, o documento é encaminhado para votação e aprovado por unanimidade. Então, o 409 Conselho decide por realizar as indicações faltantes para composição da Comissão, são indicadas 410 as chapas: Fernando Luiz Cássio Silva e Adriana Pugliese Netto Lamas, titular e suplente, respectivamente; Cedric Rocha Leão e Alberto Sanyuan Suen, titular e suplente, 411 412 respectivamente; e Gilberto Maringoni de Oliveira, sem suplente. Após discussões, nota-se não 413 haver consenso acerca das indicações realizadas, assim, são deliberadas as propostas: (i) definir 414 as indicações neste momento, 6 votos favoráveis, ou (ii) suspendê-las e retomá-las ao final da 415 sessão, 16 votos favoráveis. Há, ainda, 5 abstenções. Desse modo, as indicações serão realizadas 416 ao final da sessão. Criação do curso de especialização em Educação Especial e Inclusiva. 417 Professora Priscila Benitez apresenta o curso, exibindo o quadro de servidores que comporá a 418 equipe e explicando que a proposta contempla a interdisciplinaridade desejada pela Instituição, 419 contando com professores dos três Centros da Universidade. Ainda, esclarece que o projeto terá 420 impacto de 0,1 sobre a carga de créditos do conjunto de docentes que participa desse curso. 421 Informa que o curso é fundamentado na Lei Brasileira de Inclusão e na Política Nacional de 422 Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que definem a Educação Especial 423 como uma modalidade de ensino transversal, que perpassa desde a educação infantil até o ensino 424 fundamental, médio e superior, assim como definem seu público-alvo: pessoas com deficiência,

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A relatora, então, apresenta dados que demonstram a necessidade da formação continuada para profissionais envolvidos na educação, objetivando garantir a proposição de um ensino inclusivo a todos os estudantes, reestruturando práticas pedagógicas da educação especial e comum. Dessa forma, espera-se atender à demanda de formação latente no ABC e formar uma rede de multiplicadores que empreguem, de maneira correta e coerente, os conceitos da Educação Especial, por meio de práticas pedagógicas, elaboração de materiais didáticos e atitudes sociais favoráveis ao processo inclusivo, valorizando e respeitando a diversidade. Aponta que o curso conta com articulações e parcerias a fim de contribuir com o êxito do projeto. A proposta pedagógica foi idealizada de maneira híbrida, de modo a atender a um curso presencial ou semipresencial, e conta com professores pesquisador e tutor e coordenador de curso. A organização curricular dar-se-á em três eixos. O primeiro composto por módulos teóricos, o segundo por módulos específicos, ambos com 120 horas cada, e um terceiro eixo com módulos práticos-pedagógicos, com 160 horas, totalizando 400 horas. Acerca da certificação, o discente que totalizar 400 horas de curso, com aprovação em cada módulo dos três eixos e ser aprovado no Trabalho de Conclusão de Curso, fará jus ao Certificado do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva, reconhecido pelo MEC e emitido pela Universidade Federal do ABC; aqueles que não alcançarem tal meta, mas cumprirem no mínimo 24 horas, o equivalente a um módulo, será conferido um certificado de curso de extensão e aos cursistas que cumprirem carga horária acima de 180 horas será conferido um certificado de Aperfeiçoamento em Educação Especial e Inclusiva. Finda a apresentação, são abertas as discussões. Conselheiros elogiam a proposta e são realizadas sugestões para o Projeto Pedagógico, a saber: (i) incluir um Módulo para ambientação, com 20h; (ii) não especificar o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, evitando engessar o projeto; (iii) atentar-se ao compartilhamento de disciplinas; (iv) no item VII do Projeto Pedagógico, acrescentar a informação de que é exigida a conclusão de curso de graduação no momento da matrícula; (v) no item IX, Metodologia, substituir o trecho "a cada oferta será aprovado pelo conselho do CMCC" por "pelo órgão da Universidade pertinente"; (vi) não especificar qual o órgão da Universidade realizará a certificação, pois pode haver alterações. A área demandante concorda com todas as sugestões. Notando-se haver consenso acerca do assunto, propõe-se a promoção do item à Ordem do Dia, que é aprovada com 1 abstenção. Então, sem manifestações, a criação do curso é votada e aprovada com 1 abstenção. Professor Evonir Albrecht declara que se absteve em ambas as votações por fazer parte do corpo docente das propostas. Criação do curso de especialização em Inovação na Educação Mediada por Tecnologias. Na ausência da relatora, Juliana Cristina Braga, a proposta é apresentada pela docente Priscila Benitez, que explica acerca do Edital CAPES n°5/2018, informando que, se aprovado, o curso receberá financiamento para bolsa de tutores e professores, para contratação de equipe e impressão de material didático. Discorre acerca dos objetivos da proposta, que são a busca por qualidade da educação e da aprendizagem mediadas por tecnologia em diferentes áreas do conhecimento; desenvolvimento de postura crítica acerca do projeto, uso e avaliação das tecnologias educacionais, primordialmente nos níveis de ensino fundamental e médio; e o ensino de novos papéis que os professores podem exercer diante da multidisciplinaridade exigida no desenvolvimento de tecnologias educacionais. O público-alvo são professores da rede pública de educação básica com formação superior. Pretende-se que sejam ofertadas 200 vagas em polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) a serem identificados, com previsão de início em março de 2019. O processo seletivo dar-se-á por meio de edital público, no qual serão especificados os critérios de seleção, os polos de atendimento e as respectivas vagas. Em seguida, apresenta o corpo docente interessado e a estrutura curricular proposta, que conta com 13 disciplinas e um trabalho de conclusão de curso, totalizando 400 horas. A duração será de 24 meses e o regime

425

426

427

428

429

430

431

432

433 434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

473 será quadrimestral. Ainda, apresenta os resultados de uma consulta realizada entre 25 e 28 de 474 maio de 2018 aos polos UAB/CEU, que demonstrou um índice de 78% de interessados na 475 proposta de curso. Não havendo discussões, propõe-se a promoção do item à Ordem do Dia, que 476 é aprovada por unanimidade. Então, sem manifestações na Ordem do Dia, a criação do curso é 477 votada e aprovada por unanimidade. Findas as deliberações dos assuntos da pauta, retornam-se 478 às indicações de chapas para composição da CoAE. Nesse momento, são indicadas as seguintes 479 chapas: Fernando Luiz Cássio Silva e Gilberto Maringoni de Oliveira e Cedric Rocha Leão e Alberto Sanyuan Suen, titulares e suplentes, respectivamente. Em votação, as indicações são 480 481 aprovadas por unanimidade. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o 482 presidente agradece a presença de todos, e encerra a sessão às 17h07. Do que para constar, nós, Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos e Natália Paranhos Caoduro, 483 484 assistente em administração, e Thiene Pelosi Cassiavillani, secretária executiva da Secretaria-485 Geral, em conjunto com o secretário-geral, Daniel Pansarelli, lavramos e assinamos a presente 486 Ata aprovada pelo Conselho.

Fabiane de Oliveira Alves Chefe da Divisão de Conselhos Natália Paranhos Caoduro Assistente em Administração

Thiene Pelosi Cassiavillani Secretária Executiva **Daniel Pansarelli** Secretário-Geral